

MERCADOS

Bovespa quebra série negativa e sobe 0,72%, aos 178,3 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após três sessões em baixa, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve recuperação parcial, em avanço de 0,72%, para, aos 178 365,86 pontos. Foi apenas a sexta alta na série de 20 sessões que sucedeu as máximas históricas de 14 de abril, da qual o índice se afastou o correspondente a 20 mil pontos, considerando o nível de fechamento desta quinta-feira. Após o vencimento, na quarta-feira, de opções sobre o índice, o giro financeiro ficou ontem em R\$ 29,8 bilhões. Na semana e no mês, o Ibovespa (Índice Bovespa) recua, pela ordem, 3,12% e 4,78%. No ano, sobe 10,7%. Alinhado ao longo do dia com o desempenho de Nova York.

Exceção para Vale ON, principal papel do índice, em baixa de 1,7% no encerramento - que na quarta havia sido a única blue chip que escapou a mais uma correção - e para Banco do Brasil ON, sem variação ontem.

Petrobras subiu 0,82% na ON e 0,96% na PN, enquanto no setor financeiro, o de maior peso no Ibovespa, os ganhos

chegaram a 1,94% em Itaú PN, no encerramento. Na ponta ganhadora do índice, Usiminas (+7,97%), C&A (+5,84%) e MRV (+4,89%). No lado oposto, além de Vale, destaque para Bradespar (-1,72%), SLC Agrícola (-1,59%) e Yduqs (-1,32%). Em Nova York, os principais índices de ações encerraram em alta: Dow Jones +0,75%, S&P 500 +0,77%, Nasdaq +0,88%, com o índice amplo (S&P 500) e o tecnológico (Nasdaq) mais uma vez em máximas históricas de fechamento.

DÓLAR

O dólar encerrou a sessão de ontem, em queda moderada e abaixo de R\$ 5,00, devolvendo apenas parcialmente os prêmios de risco político embutidos na quarta-feira na taxa de câmbio diante da perspectiva de reconfiguração da corrida presidencial.

Após mínima de R\$ 4,9721, fechou em baixa de 0,45%, a R\$ 4,9863. A divisa ainda acumula valorização de 1,89% na semana e de 0,68% em maio, depois do recuo de 4,36% em abril. No ano, as perdas são de 9,16%.

IBGE

Nº de pessoas em busca de emprego há 2 anos cai 21,7%

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O número de pessoas que buscam emprego há dois anos ou mais caiu 21,7% no primeiro trimestre de 2026 em relação ao mesmo período de 2025. Esse contingente representa 1,089 milhão de pessoas, o menor já registrado desde 2012, quando começou a série histórica da principal pesquisa sobre mercado de trabalho no país.

Em 2025, o país tinha quase 1,4 milhões de pessoas que estavam há pelo menos 24 meses tentando uma ocupação. Já o maior nível foi em 2021, ano de pandemia de covid-19, com 3,5 milhões.

Os recordes fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) Contínua Trimestral, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O patamar mínimo de pessoas à procura de trabalho tam-

bém se reflete em outras duas faixas temporais.

- de mais de um mês a menos de um ano: 3,380 milhões de pessoas em busca de vaga, recuo de 9,9% em relação ao primeiro trimestre de 2025. Nessa faixa, o maior volume foi 7 milhões, em 2021.

- de mais de um ano a menos de dois anos: 718 mil pessoas procuravam emprego, redução de 9% se comparado a 2025. O maior patamar pertence também a 2021, quando eram 2,6 milhões de pessoas nessa situação.

A única faixa temporal que não apresenta recorde mínimo é a de menos de um mês procurando vaga. De janeiro a março o país tinha quase 1,4 milhão de pessoas nessa situação. Esse patamar fica 14,7% abaixo do registrado no ano passado, mas acima do nível de 2014 (1,016 milhão).

MERCADO DE TRABALHO

O analista da pesquisa, William Kratochwill, aponta que os

patamares mínimos de pessoas à procura de emprego nas faixas de tempo estão relacionados ao desempenho do mercado de trabalho.

"As pessoas estão gastando menos tempo para se realocar. O mercado está mais dinâmico".

No fim de abril, o IBGE já havia divulgado que a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2026 ficou em 6,1%, a menor da série histórica. O pesquisador, no entanto, faz uma ressalva sobre a nova ocupação encontrada: "não necessariamente é melhor na qualidade do trabalho".

MAIS CONTA PRÓPRIA

A pesquisa do IBGE apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporária e por conta própria, por exemplo.

Pelos critérios do instituto, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procu-

rou uma vaga 30 dias antes da pesquisa. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

William Kratochwill descarta que a redução do desemprego mais longo tenha a ver com o desalento, termo utilizado para definir a situação das pessoas que não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam. "A desistência é um ponto que já podemos descartar. O mercado de trabalho tem se mostrado persistente nas contratações e na manutenção do emprego".

Ele acrescenta que o aumento no número de pessoas trabalhando por conta própria também colabora para redução do desemprego mais longo.

De acordo com a Pnad, o Brasil tinha 25,9 milhões de trabalhadores por conta própria, o que representa 25,5% da população ocupada no primeiro trimestre de 2026. Nos três primeiros meses de 2012, eram 20,1 milhões de trabalhadores nessa condição.

MTE

Uso do FGTS para pagar dívidas no Desenrola começa no dia 25

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os trabalhadores poderão consultar, a partir de 25 de maio, o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) disponível para renegociação de dívidas no Novo Desenrola Brasil, informou o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A nova modalidade permitirá o uso de até 20% do saldo do fundo ou até R\$ 1 mil, prevalecendo o maior valor, para amortização ou quitação de débitos em atraso. A expectativa do governo é movimentar até R\$ 8,2 bilhões em recursos do FGTS por meio do programa.

Segundo o governo federal, a adesão será feita diretamente pelas instituições financeiras após autorização do trabalhador no aplicativo do FGTS. Depois da renegociação da dívida, a Caixa Econômica Federal fará a transferência dos valores diretamente aos bancos responsáveis pelos contratos. O prazo estimado para formalização das

operações é de até 30 dias após a consulta do saldo disponível.

Dez dias depois do lançamento do Desenrola 2.0, a liberação de parte do saldo do FGTS para abater dívidas ainda não está disponível porque a Caixa está adaptando os sistemas. O banco também está definindo os procedimentos operacionais para que as instituições financeiras comecem a oferecer a modalidade na renegociação de débitos.

Além da liberação do FGTS para o Novo Desenrola, o governo informou que mais de 10,5 milhões de trabalhadores receberão, em 26 de maio, valores residuais do saque-aniversário do fundo, liberados em várias rodadas desde o fim do ano passado.

O desbloqueio adicional estimado é de R\$ 8,4 bilhões e beneficiará trabalhadores demitidos sem justa causa entre 2020 e 2025. Os depósitos serão feitos automaticamente nas contas cadastradas no aplicativo do FGTS.

Nota

AMERICANAS DIZ TER CONVERSAS AVANÇADAS PARA VENDER LOJAS DO NATURAL DA TERRA

A Americanas afirmou que mantém conversas avançadas para vender as três lojas remanescentes do Natural da Terra em São Paulo, após anunciar na quarta-feira passada, a venda de outras dez unidades da rede para o Oba Hortifruti, afirmou o diretor financeiro (CFO), Sebastien Durchon. A estratégia da companhia foi resolver primeiro a operação do Natural da Terra em São Paulo, onde as lojas deficitárias vinham pressionando o caixa da operação de hortifruti. De acordo com o executivo, as três unidades restantes no Estado são superavitárias e seguem em negociação. "Temos conversas avançadas para vender essas três lojas também", disse.

PESQUISA

Taxa de desemprego de pretos é 55% maior que a de brancos

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A taxa de desemprego das pessoas pretas fechou o primeiro trimestre de 2026 em 7,6%. Esse indicador fica acima da média nacional (6,1%) e 55% maior que o dos brancos, que sequer chegou a 5% (4,9%).

Esse patamar de diferença é superior ao registrado no último trimestre de 2025 (52,5% maior) e nos três primeiros meses do ano passado (50%). A maior diferença já apurada é de 69,8%, no segundo trimestre de 2020, ano de eclosão da pandemia de Covid-19.

A revelação faz parte da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) Contínua Trimestral, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quando a série histórica da pesquisa foi iniciada, em 2012, o desemprego de pessoas pretas era 44,8% maior que o dos brancos. A menor diferença já verificada pertence ao segundo trimestre de 2021, 43,6% superior.

PARDOS

A diferença na taxa de desemprego sob ótica da cor da pele é favorável também aos brancos quando comparados aos pardos.

Nesse grupo, a desocupação está em 6,8%, isto é, 38,8% maior.

Quando a pesquisa foi iniciada, a diferença era 37,3%. O menor nível de disparidade foi de 33,3% no segundo trimestre do ano passado. O maior, 50,84%, no terceiro trimestre de 2023.

Já na comparação mais imediata, ou seja, no último trimestre de 2025, o desemprego dos pardos era 47,5% maior que o dos brancos.

FATORES

Para o analista da pesquisa, William Kratochwill, a disparidade entre o desemprego de pretos e pardos em relação ao dos brancos aponta para "algo estrutural".

"Isso pode ser ligado a diversos fatores, não apenas a cor da pele. Pode ser questão de nível de instrução e região em que vive", indica ele.

Kratochwill pondera que para poder determinar exatamente o que causa a diferença entre os grupos "é necessário um estudo bem mais aprofundado, que leve em consideração diversas características e não apenas a identificação de cor ou raça".

INFORMALIDADE

A Pnad revela que pretos e pardos também ficam em desvantagem em relação aos brancos na formalidade do emprego.

O IBGE aponta como informais os trabalhadores sem carteira e os autônomos e empregadores sem CNPJ.

Na média nacional, a taxa de informalidade ficou em 37,3%. Essa é a proporção de trabalhadores ocupados sem garantias trabalhistas, como seguro-desemprego, férias e 13º salário.

Para os brancos, a informalidade foi de 32,2%; para os pardos, 41,6%; e para pretos, 40,8%.

AUTOIDENTIFICAÇÃO

A Pnad tem como critério a autoidentificação — a própria pessoa escolhe como quer se declarar.

Os dados do primeiro trimestre de 2026 mostram os pardos como maioria da população alvo do levantamento (pessoas com 14 anos ou mais):

- Pardos: 45,4%
- Brancos: 42,5%
- Pretos: 11,1%

Amarelos (origem asiática) e indígenas não foram detalhados pela Pnad trimestral.

HOMENS E MULHERES

Ao comparar as taxas de desemprego de homens e mulheres, o IBGE mostra que a deso-

cupação delas é 43,1% maior que a deles. No primeiro trimestre de 2026, o índice era de 7,3% para as mulheres. Entre os homens, 5,1%, abaixo da média nacional (6,1%).

Desde quando a pesquisa começou a ser feita, o desemprego das mulheres era 69,4% superior ao dos homens. A menor diferença foi registrada no segundo trimestre de 2020 (27%).

Já em relação à informalidade, a dos homens (38,9%) é maior que a das mulheres (35,3%).

IDADE

O IBGE apresenta análises por faixa etária. O grupo de 14 a 17 anos apresenta a maior taxa de desocupação (25,1%).

"Os jovens são aqueles que aceitam mais os trabalhos que são temporários, aqueles com menor estabilidade, simplesmente para poder ingressar no mercado de trabalho e começar a construir o seu currículo", analisa William Kratochwill.

Já as pessoas com 60 anos ou mais têm o menor desemprego, 2,5%.

"É a idade na qual as pessoas já começam a deixar o mercado de trabalho, são poucos aqueles que ainda persistem em conseguir alguma ocupação".

MINERADORA

Lula diz estar 'chateado' porque Vale está comprando navios na China

GEOVANI BUCCI E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem, estar "chateado" com a Vale pela compra de navios chineses, em vez de embarcações produzidas no Brasil. O petista disse que pretende

conversar sobre o assunto com o presidente da companhia, Gustavo Pimenta. "Não tem sentido a gente fazer esforço em estaleiro brasileiro e que a Vale esteja gerando emprego na China", disse Lula. "Produzir navios seria mais caro, mas estaríamos trazendo conhecimento tecnológico e mão de

obra qualificada."

As declarações foram feitas durante visita à Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia (Fafenba), que retomou a produção em janeiro de 2026. A reativação da unidade integra a carteira de fertilizantes do Novo PAC, com investimentos consolidados de cerca

de R\$ 5,9 bilhões.

Também participaram do evento o ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), e a presidente da Petrobras, Magda Chambriard. A fábrica havia sido hibernada pela companhia, mas foi retomada em 2023. Lula afirmou que governos anteriores tentaram vender a Petrobras, mas, diante do risco de a privatização não ser aprovada no Congresso, optaram por "vender a empresa em pedaços", como refinarias.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br**REDAÇÃO:** redacao@diariodoacionista.com.br**SERVIÇOS NOTICIOSOS:** Agência Estado e Agência Brasil**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

ACESSE NOSSO SITE

PRIMEIRO TRIMESTRE

Caixa tem lucro líquido recorrente de R\$ 3,5 bilhões

ANDRÉ MARINHO/AE

A Caixa Econômica Federal (CEF) registrou lucro líquido recorrente de R\$ 3,5 bilhões no primeiro trimestre deste ano, segundo balanço divulgado ontem. O montante representa

uma queda de 34,4% na comparação com o mesmo período de 2025 e uma alta de 25,4% ante o quarto trimestre de 2025.

A margem financeira, que reflete os ganhos com operações que rendem juros, somou R\$ 18,3 bilhões no primeiro trimestre, alta de 11,8% em rela-

ção a igual intervalo do ano passado.

A carteira de crédito total da Caixa fechou março em R\$ 1,41 trilhão, avanço de 11,3% no confronto anual. Na principal carteira do banco, a imobiliária, o saldo saltou 13,9% em igual base comparativa, a R\$ 966,2 bilhões.

A Caixa segue líder nesse segmento, com 68% de participação de mercado.

As contratações de crédito totalizaram R\$ 179,4 bilhões, um crescimento de 17,9% em 12 meses. Desses, R\$ 64,2 bilhões vieram do crédito imobiliário, uma elevação de 30,6%.

UNANIMIDADE

Supremo valida lei de igualdade salarial entre mulheres e homens

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, declarar a constitucionalidade da lei de 2023 que estabelece a igualdade salarial entre mulheres e homens que exercem a mesma função.

Os ministros consideraram que a lei ajuda a criar condições para concretizar o princípio da igualdade no mercado de trabalho e que não há violação à livre iniciativa.

"É flagrante que homens recebem muito mais pelo exercício exatamente das mesmas funções por serem homens. Não são mais antigos, não são mais competentes, não são melhores profissionais. A questão é claramente discriminação de gênero", apontou o relator, Alexandre de Moraes.

Ao votar, Moraes citou Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo IBGE em 2024, sobre o rendimento médio real dos brasileiros com diferenciação por gênero. "As mulheres recebem rendimentos inferiores ao dos homens no mercado de trabalho, chegando, em algumas regiões



ROSINEI COUTINHO/STF

do País, a uma proporção de até 74,2% a menos", destacou.

A lei, proposta ao Congresso pelo governo em 8 de março de 2023, obriga empresas com mais de 100 empregados a divulgar relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios, sob pena de multa de até 3% da folha de salários do empregador.

A norma estabelece que os relatórios devem conter "dados anonimizados e informações que permitam a comparação objetiva entre salários, remunerações e a proporção de ocupação de cargos de direção, gerência e chefia preenchidos por

mulheres e homens"

Caso se comprove remuneração diferente a de um empregado homem, a empresa deve pagar uma multa de dez vezes o salário que deveria ser pago à funcionária. Além disso, deve apresentar plano de ação para mitigar a desigualdade.

"O que o constitucionalismo contemporâneo propõe não é apenas a assimilação e a repetição do princípio da igualdade, é a dinâmica da igualação. Ou seja, é uma ação permanente do Estado e da sociedade", disse a ministra Cármen Lúcia.

"Todo mundo que subiu à tribuna disse ser a favor da igual-

dade, mas. E é no mas que os meus direitos tropeçam e ficam no chão", acrescentou.

Para Flávio Dino, a discussão sobre igualdade de gênero é indissociável do mundo do trabalho. "É ali que as mulheres podem obter as condições materiais para serem autenticamente livres", afirmou.

A Corte julgou três ações sobre o tema. De um lado, o partido Novo e as confederações da indústria e de serviços questionaram a constitucionalidade da lei. De outro, a Central Única dos Trabalhadores e outras entidades sindicais pediram ao Supremo para garantir a sua aplicação.

As entidades empresariais argumentam que a divulgação de salários e critérios remuneratórios expõe informações sensíveis sobre estratégias concorrenciais e políticas de recrutamento de pessoas. O argumento foi rejeitado por Moraes.

"Essa alegação de prejuízo é essencialmente especulativa, porque após sucessivos relatórios de transparência divulgados até o presente momento, não se tem notícia de nenhum prejuízo a interesses empresariais", afirmou o ministro.

BALANÇO

Nubank registra lucro líquido de US\$ 871 milhões no 1º trimestre

ANDRÉ MARINHO
E ALTAMIRO SILVA JUNIOR/AE

O Nubank registrou lucro líquido de US\$ 871 milhões no primeiro trimestre de 2026, alta de 41% em relação ao mesmo período do ano passado, desconsiderando os efeitos do câmbio, expansão puxada pelo avanço do crédito e das receitas.

O retorno sobre o patrimônio (ROE, na sigla em inglês) foi de 29%, ante 27% um ano antes e 33% no trimestre imediatamente anterior, se mantendo entre os maiores do setor financeiro.

O fundador e CEO do Nubank, David Vélez, destaca em comentário no balanço que a receita superou os US\$ 5 bilhões pela primeira vez na história da fintech. Ele destaca que a inteligência artificial tem sido um "fator relevante para a expansão significativa da carteira de crédito nos últimos doze meses, permitindo crescer limites com resiliência, e não apenas com velocidade".

A receita financeira líquida de juros (NII, na sigla em inglês) atingiu um recorde de US\$ 3,25 bilhões no primeiro trimestre, alta de 12% na comparação trimestral. Já a margem líquida de juros cresceu para 21,1%, refletin-

do o crescimento da carteira de crédito em ritmo superior ao dos passivos, segundo o balanço.

A carteira de crédito total teve crescimento anual de 40% e de 7% no trimestre, para US\$ 37,2 bilhões, com cartões de crédito respondendo por US\$ 24,3 bilhões, crédito sem garantia aproximadamente em US\$ 10 bilhões e com garantia em US\$ 3 bilhões.

Na qualidade da carteira de crédito, a inadimplência acima de 90 dias foi de 6,5%, em comparação a 6,4% no primeiro trimestre de 2025 e a 6,6% no quarto período do ano passado. A inadimplência mais curta, abaixo de 90 dias, fechou em 5%, em comparação a 4,1% no quarto trimestre e 4,8% há um ano.

As provisões para perdas de crédito fecharam em US\$ 1,79 bilhão, alta de 33% no trimestre, impulsionadas por três dinâmicas: sazonalidade, crescimento da carteira e mix de produtos, e não tem relação com piora da qualidade da carteira, ressalta o diretor financeiro, Guilherme Lago. "Não posso garantir que o ciclo de crédito não vá piorar, ninguém poderia, o que posso garantir é que temos monitoramento muito próximo de todos os indicadores de inadimplência."

ASSOCIACAO DOS MOTORISTAS DE TAXI DO JARDIM BOTANICO			
CNPJ: 74.119.975/0001-70			
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA			
PELO PRESENTE EDITAL E DE ACORDO COM O QUE CONSTA NO CAP. 11 ARTIGO 30º, LETRA C, DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE MOTORISTAS DE TAXI DO JARDIM BOTANICO, O SEU PRESIDENTE EXERCENDO AS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, CONVOCA A TODOS OS ASSOCIADOS EM PLENO GOZO DE SEUS DIREITOS E DEVERES SOCIAIS, PARA A REALIZAÇÃO DA 126ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 30/05/2026, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO, NA RUA ANA NERI 2366, SAMPAIO, RIO DE JANEIRO, RJ, QUE CONFORME ARTIGO 25 DO ESTATUTO SOCIAL, SERÁ INSTALADA APARTIR DAS 09:00H, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, COM PRESEÇA MINIMA DE 2/3 DOS ASSOCIADOS; AS 09:30H, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, COM A PRESEÇA DE METADE MAIS 01 (UM) DOS ASSOCIADOS; AS 10:00H, EM TERCEIRA E ÚLTIMA CONVOCAÇÃO, COM A PRESEÇA DO NUMERO MINIMO DE 10 (DEZ) ASSOCIADOS, QUANTIDADE DE SÓCIOS 109. COM A SEGUINTE ORDEM DO DIA: 1) PREVISÃO ORÇAMENTO.			
RIO DE JANEIRO, 14 DE MAIO DE 2026			
NILSON DE OLIVEIRA FARIA			
PRESIDENTE			

LENETZAH HOLDING S.A.

CNPJ nº 06.129.422/0001-48

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos a V.Sas. a apreciação das Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios encerrados em 31.12.2025, 31.12.2024 e 31.12.2023. Para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, colocamo-nos ao inteiro dispor de V. Sas. Rio de Janeiro (RJ), 28 de Abril de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)										DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Em Reais)									
	2023	2024	2025		2023	2024	2025	DESCRIÇÃO	2023	2024	2025								
ATIVO				PASSIVO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Receita Bruta	815.638	4.617.742	495.451								
Circulante	387.058.344	388.779.475	246.348.035	Circulante	240.445.89	74.998.18	1.475.038	(-) Deduções da Receita	(30.300)	(168.548)	(18.084)								
Disponibilidades	298.446	397.528	186.181	Fornecedores	9.053	532	532	Receita Líquida de Vendas	785.338	4.449.195	477.367								
Caixa e Bancos	298.446	397.528	186.181	Obrigações Fiscais e Sociais	17.819	4.151	3.643	(-) Custo Bens/Serv Vendidos	(75.906)	(1.464.131)	(86.784)								
Realizável a Curto Prazo	386.759.897	388.381.947	246.161.854	Provisão para IRPJ e CSLL	191.725	7.841	38.486	Lucro Bruto	709.432	2.985.064	390.583								
Impostos a Recuperar	558	3.361	3.473	Credores Diversos	19.499	40.462	112.878	Receitas / Despesas	73.656.520	2.837.972	(15.496.497)								
Imóveis a Comercializar / Estoque	25.599.313	25.088.870	25.600.899	Sócios/Acionistas – Contrato Mútuo	2.350	19.499	1.319.499	Despesas Administrativas	(1.397.655)	(1.160.035)	(1.237.448)								
Crédito c/ Coligada ou Controlada	115.507	115.507	228.687	Outros Débitos a Curto Prazo	-	2.513	-	Despesas Financeiras	(7.747)	(2.497)	(2.642)								
Estoque de Participação Soc	361.033.020	358.196.192	215.331.892	Sócios/Acionistas – Contrato Mútuo	612	4.967.071	4.967.071	Receitas Financeiras	27.972	5.436	2.302								
Despesas Antecipadas	11.499	10.601	16.933	Tributos Diferidos	151.648	151.648	151.648	Outras Receitas Operacionais	46.066	53.959	31.684								
Outros Créditos – Depósitos Judiciais	-	4.967.416	4.967.416	Lucros/Dividendos a Pagar – Lei 15.270	-	-	(155.000.000)	Resultado Pos. da Equiv. Patrimonial	78.881.436	5.964.552	-								
Não Circulante	14.877.277	14.296.896	133.639.038	Patrimônio Líquido	401.542.915	397.882.654	218.393.317	Resultado Neg. da Equiv. Patrimonial	(3.060.220)	(1.842.390)	(14.292.695)								
Aplicações Financeiras Longo Prazo	11.775.656	11.775.656	132.010.845	Capital Social	14.050.872	14.050.872	14.050.872	Despesas Não Operacionais	(833.334)	(181.054)	-								
Debêntures a Receber	11.775.656	11.775.656	11.775.656	Ajustes de Avaliação Patrimonial	78.156.400	90.952.863	90.952.863	Resultado Operacional	74.365.952	5.823.036	(15.105.914)								
Investimentos	2.926.413	2.414.466	1.576.505	Reservas de Lucro	309.335.643	292.878.920	105.889.582	Resultado não Operacional	-	-	80.000								
Participações SCP	2.926.413	2.414.466	1.576.505	Reserva Legal	2.810.174	2.810.174	2.810.174	Lucro Antes dos Impostos	74.365.952	5.823.036	(15.105.914)								
Imobilização	175.208	106.774	51.688	Reserva de Lucros	171.018.223	155.891.500	-	(-) Impostos S/Lucros	(75.829)	(172.533)	(63.423)								
(-) Depreciações Acumuladas	(271.472)	(358.416)	(297.343)	Reserva de Lucros a Realizar	134.177.246	134.177.246	103.079.408	Lucro Líquido do Exercício	74.290.122	5.650.502	(15.089.337)								
Total Do Ativo	401.935.621	403.076.371	379.987.073	AFAC – Adiantamento Futuro de Capital	1.330.000	-	7.500.000	Lucro P/Ação	6,60	0,50	(1,34)								
				Total Do Passivo	401.935.621	403.076.371	379.987.073												
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)										DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO (Em Reais)									
Descrição	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	AFAC	Reserva de Lucros	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total PL	2023	2024	2025								
Saldo em 31/12/2022	14.050.872	77.464.369	2.810.174	134.177.246	2.535.433	111.439.570	-	342.477.664	74.365.952	5.823.036	(15.025.914)								
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	692.032	-	-	-	-	-	692.032	86.903	86.943	60.004								
Transferência de/para Reservas	-	-	-	-	-	59.578.653	(59.578.653)	-	78.881.436	5.964.552	-								
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	(14.711.469)	(14.711.469)	Resultado da Equivalência Patrimonial (+)	1.842.390	(14.292.695)								
Reserva p/ Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	(1.205.433)	-	-	(1.205.433)	Resultado da Equivalência Patrimonial (-)	(3.060.220)	(1.842.390)								
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	74.290.122	74.290.122	Variações de contas operacionais	1.787.817	(673.215)								
Saldo em 31/12/2023	14.050.872	78.156.400	2.810.174	134.177.246	1.330.000	171.018.223	-	401.542.915	Recursos Líquidos das Atividades Operacionais	(6.228.742)	2.468.405								
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	12.796.462	-	-	-	-	-	12.796.462	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	5.823.036	(15.105.914)								
Transferência de/para Reservas	-	-	-	-	-	(15.126.723)	-	(15.126.723)	Fluxo de Investimentos	-	-								
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	15.126.723	15.126.723	Aquisição / Redução de Investimentos	-	-								
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(20.777.226)	(20.777.226)	Aquisição de Imobilizado	(3.475)	(17.550)								
Saldo em 31/12/2024	14.050.872	90.952.863	2.810.174	134.177.246	-	155.891.500	5.650.502	5.650.502	Recebimento de Dividendos	19.111.048	19.755.452								
(-) Ajuste Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	(37.387)	(37.387)	Recursos Líquidos das Atividades de Investimentos	19.107.573	19.737.902								
Dividendos Futuros – Lei 15.270	-	-	-	-	(155.000.000)	-	-	(155.000.000)	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	17.669.056	-								
AFAC – Aumento de Capital	-	-	-	-	-	7.500.000	-	7.500.000	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital – AFAC	-	(1.330.000)								
Lucro / Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	-	(15.089.337)	(15.089.337)	Pagamento de Dividendos	(13.381.469)	(20.777.226)								
Saldo em 31/12/2025	14.050.872	90.952.863	2.810.174	118.168.745	7.500.000	-	-	233.482.653	Recursos Líquidos das Atividades de Financiamento	(13.381.469)	(22.107.226)								
DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS PERMANENTES PELA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (Em Reais)																			
Controladas / Coligadas	Capital Social	Patrimônio Líquido	Nº Ações / Quotas	Lucro Líquido	Créditos / Receitas / Obrigações	Despesas													
Atorag Participações S/A	50.842.978	233.550.622	130.533.266	438.106.501	14.778.362	7.655.524													
Brochmann Polis Ind Florestal S/A	80.000.000	54.967.621	463.516.000	6.663.407	3.756.240	6.343.000													
SV Investimentos e Participações S/A	18.345	-	324 341	970	-	-													
Mogno Empreendimentos Imobiliários Ltda	32.568.052	141.882.996	78.335.766	472.001	9.217.964	319.219													
PBF S/A Empreendimentos e Participações Ltda	71.669.416	418.863.069	300.542.135	34.278.770	11.526.533	6.377.395													
Santa Virgínia Agropecuária e Florestal Ltda	39.026.572	413.339.077	324.725.450	3.122	24.888.269	17.369.011													
SB Participações S/A	138.999.724	150.674.368	248.985.971	10.242.521	-	(6.746.752)													
Nossam Imóveis e Partic.	10.000	10.000	10 9.999	-	-	-													
SANOSAM Gestão de Ativos	10.000	13.960.976	10.000	9.500	-	9.999													
Agropecuária Cinamomo Ltda	3.240.414	135.085.009	3.240.413	204.664.493	(13.158)	(17.499)													
Totais	416.385.501	442.011.121	1.563.850.318	-	57.407.457	31.299.898	19.998												
NOTAS EXPLICATIVAS																			
Nota 1: Contexto Operacional: A Sociedade com sede no Rio de Janeiro (RJ), tendo como objeto social administração de bens móveis e imóveis próprios, administração e participação em empreendimentos imobiliários em geral, e participação no capital social de outras sociedades, como quotista ou acionista, tenham elas objetos congêneres ou não.										Nota 2: Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As Demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas estabelecidas na Lei 6.404/1976 alterada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009. Nota 3: Resumo das Principais Práticas Contábeis: A) Apuração do Resultado - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. B) Aplicações de Liquidez Imediata - Estão									
Luciano Brochmann - Diretor Presidente. Lina Brochmann - Diretora. Silvío Bastos Markus - Contador - CRC/SP-076404/0-8 T-RS.																			

SALTO

Espuma tóxica volta a cobrir trechos do Rio Tietê no interior de SP

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O Rio Tietê amanheceu coberto por uma extensa camada de espuma branca, na manhã de ontem, em Salto, no interior de São Paulo. O tapete de espuma cobria toda a extensão do complexo da cachoeira, principal atração turística da cidade. Apesar de propiciar uma vista incomum do rio, atraindo turistas e curiosos, a espuma pode ser tóxica, segundo a Defesa Civil.

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) diz que o período de estiagem registrado nos últimos dias, se-

guido pelas chuvas ocorridas no domingo passado, contribuiu para o aumento da vazão da água no Rio Tietê. No caso de Salto, onde há corredeiras e maior movimentação da água, esse cenário também pode favorecer a formação de espuma em alguns pontos do rio.

O fenômeno foi registrado em vídeo pelo cinegrafista Daniel Santos, morador da cidade. "O rio está assim, todo cheio de espuma, desde a tarde de ontem (quarta-feira). Normalmente acontece no inverno, quando o rio está muito baixo. Este ano a espuma veio mais cedo", disse.

SABESP

Morre segunda vítima da explosão no Jaguaré

GEOVANNA HORA/AE

O Governo de São Paulo confirmou ontem, a segunda morte provocada pela explosão ocorrida em uma obra no Jaguaré, zona oeste da capital paulista, na última segunda-feira.

Francisco Altino, de 62 anos, estava internado em estado grave no Hospital Regional de Osasco desde o dia do acidente.

"Lamento a morte do Francisco Altino, segunda vítima do acidente no Jaguaré, que estava internado no Hospital Regional de Osasco, não resistiu aos ferimentos e faleceu", afirmou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (foto).

"As equipes estão dando toda assistência para a família, tanto psicológica quanto financeira. A gente fica profundamente consternado e triste com essa perda", acrescentou.

A primeira vítima morreu no dia da explosão. O homem, cuja identidade não foi divulgada, foi encontrado pelo Corpo de Bombeiros sob os escombros. Uma pessoa permanece internada no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

O acidente ocorreu em uma comunidade localizada em uma



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

área perto das ruas Doutor Benedito de Moraes Leme e Piraúba, atrás do Condomínio Morada do Parque.

Em nota conjunta, Sabesp e Comgás, que atuavam no local, informaram que o acidente ocorreu durante um serviço de remanejamento de tubulação de água, quando uma rede de gás teria sido atingida. As circunstâncias do caso seguem sob

investigação da perícia técnica.

Como medida emergencial, as empresas anunciaram o pagamento de auxílio de R\$ 5 mil a 232 pessoas afetadas.

A gestão estadual afirmou que, junto às concessionárias, definiu que uma das prioridades é a troca e conserto de telhados e janelas nos imóveis atingidos, devido à previsão de chuva para os próximos dias.

As famílias que perderam as casas poderão escolher entre alternativas de moradia, como a transferência para unidades habitacionais da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), a concessão de cartas de crédito para aquisição de imóveis e, em casos específicos, o apoio financeiro para a reconstrução das casas danificadas.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA, DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 21ª (vigésima primeira) Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJIME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 21ª Emissão da Canal Companhia de Securitização - lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Tocantins Energias Renováveis S.A., conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 04 de junho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 6.1.3, subitem (vi) do "Instrumento Particular Da 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais Escriturais, Com Garantia Real, Com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da Tocantins Energias Renováveis S.A.", conforme aditado ("Notas Comerciais"), em decorrência do cumprimento intempestivo da obrigação não pecuniária do envio das cópias das demonstrações financeiras anuais auditadas da Devedora, nos termos da Cláusula 7.1.1, subitem (a) das Notas Comerciais, relativo ao ano de 2025; (ii) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 6.1.3, subitem (vi) das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária do envio da declaração de regularidade da Emissão, nos termos da Cláusula 7.1.1, subitem (c) das Notas Comerciais; (iii) Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "ii" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da realização da presente assembleia, para que a referida obrigação seja regularizada pela Devedora; (iv) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 6.1.3, subitem (vi) das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária referente a entrega da apuração do ICSD, nos termos das Cláusulas 5.4.1.1 e 5.4.1.2 das Notas Comerciais; (v) Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "iv" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da realização da presente assembleia, para que a referida obrigação seja regularizada pela Devedora; e (vi) A autorização para que a Securitizadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **Instruções Gerais:** A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail at.assembleias@oliveiratrust.com.br cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI Unif 21", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação definidos no Termo de Securitização. São Paulo, 15 de maio de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 3ª (TERCEIRA) SÉRIES DA 116ª (CENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, da 1ª e 3ª Séries, da 116ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJIME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 03 de junho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a retificação da 116ª (Centésima Décima Sétima) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização ("Assembleia 09.04.2026"), para que o Anexo I do "Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em 3 (Três) Séries, com Garantias Reais e Fidejussórias, Para Colocação Privada, da Praia Bela Empreendimento Imobiliário SPE Ltda." ("Nota Comercial"), passe a vigorar de acordo com os novos cronogramas de pagamentos previstos no Anexo do presente Edital e que, oportaneamente, constarão no Anexo II da Ata ("Novo Cronograma de Pagamentos"); (ii) Aprovar a retificação da Ordem do Dia (ii), da Assembleia 09.04.2026, para que o mecanismo da recomposição do Fundo de Reserva seja realizado em 3 (três) parcelas, sendo a 1ª (primeira) em abril, a 2ª (segunda) em maio e a 3ª (terceira) em junho, cada um correspondendo a 1/3 (um terço) do valor necessário à recomposição integral do Fundo de Reserva, devendo cada parcela ser paga na mesma data de pagamento da PMT da Nota Comercial do respectivo mês, mediante a soma do valor da parcela destinada à recomposição do Fundo de Reserva ao valor da PMT devida no período. Fica consignado que a não recomposição do Fundo de Reserva, total ou parcial, acarretará: a) a configuração de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático da operação, em caso de atraso ou não recomposição da parcela do Fundo de Reserva, sendo concedido prazo de cura de 2 (dois) dias úteis; e b) o pagamento de prêmio aos investidores equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) multiplicado pelos dias descumpridos após o prazo de cura e pelo saldo devedor dos CRI, em caso de qualquer atraso na recomposição da parcela do Fundo de Reserva. Referido valor será cumulativo durante o período de descumprimento, sendo calculado da seguinte forma: Prêmio = 0,5% x dias em descumprimento x saldo devedor dos CRI. Onde: 0,5% = percentual do prêmio; Dias em descumprimento = quantidade de dias, após o prazo de cura, até o pagamento da parcela do Fundo de Reserva, calculado proporcionalmente aos dias úteis totais do respectivo mês; Saldo devedor dos CRI = saldo devedor atualizado dos CRI, acrescido das respectivas remunerações, com data-base o último dia útil do mês imediatamente anterior à verificação. O valor devido a título de Prêmio deverá ser pago na Data de Pagamento imediatamente subsequente ao último dia de descumprimento da recomposição, através da B3 S.A. Previamente a pagamento dia B3 S.A, deverá ocorrer o alinhamento prévio do valor com o Agente Fiduciário, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência. (iii) Caso aprovado o item (ii) acima, dispensar a observância do valor mínimo do Fundo de Reserva até que as 3 (três) parcelas descritas sejam pagas integralmente, até junho de 2026; (iv) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme a Cláusula 10.1.1.2, item (b), do Termo de Securitização, e a Cláusula 9.1.2, item (b), da Nota Comercial, em decorrência da não recomposição do Fundo de Reserva, conforme a Cláusula 6.6, da Nota Comercial; (v) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme a Cláusula 10.1.1.2, item (b), do Termo de Securitização, e a Cláusula 9.1.2, item (b), da Nota Comercial, em razão da não recomposição do Fundo de Despesas, conforme a Cláusula 6.5, da Nota Comercial; (vi) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme a Cláusula 10.1.1.2, item (b), do Termo de Securitização, e a Cláusula 9.1.2, item (b), da Nota Comercial, em razão da ausência de comprovação do registro do 3º (Terceiro) Aditamento à Nota Comercial, conforme a Cláusula 3.5.1.1 e 3.5.1.2, da Nota Comercial; (vii) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme a Cláusula 10.1.1.2, item (b), do Termo de Securitização, e a Cláusula 9.1.2, item (b), da Nota Comercial, em decorrência da não comprovação da regularização do registro do "Instrumento Particular De Cessão Fiduciária De Direitos Creditórios Em Garantia E Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária"), conforme a Cláusula 4.1 e 4.1.2, do Contrato de Cessão Fiduciária; (viii) Caso aprovado os itens (iv) e (vii) acima, aprovar a concessão de um prazo adicional de 15 dias contados da formalização da Ata de Assembleia, para que as obrigações sejam devidamente cumpridas; (ix) Ratificar o pagamento realizado em 28/04/2026, via B3, na 3ª (terceira) série do CRI como sendo Amortização Extraordinária no valor de R\$ 16.506,92 (dezesseis mil quinhentos e seis vírgula noventa e dois reais), sendo o Preço Unitário R\$ 14,1263569 (quatorze vírgula treze mil milhões duzentos e sessenta e três mil quinhentos e sessenta e nove reais). Fica consignado que a Amortização Extraordinária deverá ser considerada como realizada no dia 20 de abril de 2026; e (x) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. **Instruções Gerais:** A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail at.assembleias@oliveiratrust.com.br cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI Praia Bela, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 14 de maio de 2026. **Alejandro Merino** - Diretor de Securitização

CAMILA BOEHM/BRASIL

Até o final da noite quarta-feira, foram realizadas 112 vistorias em imóveis no bairro do Jaguaré, na capital paulista, no local da explosão que aconteceu na última segunda-feira. Destes, 86 foram liberados aos moradores, enquanto 27 tiveram danos mais graves e estão interditados.

As vistorias técnicas foram realizadas pela Defesa Civil do Estado de São Paulo e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), além de equipes da Sabesp e Comgás. Uma nova comissão vai reavaliar hoje as condições estruturais destes imóveis interditados.

De acordo com a Sabesp e a Comgás, 232 pessoas foram cadastradas e receberam o auxílio emergencial para despesas imediatas, no valor de R\$ 5 mil. As famílias também estão sendo acolhidas em hotéis.

As empresas concessionárias afirmaram que todos os demais danos sofridos pelos moradores, incluindo a reconstrução das casas, serão ressarcidos pelas empresas. As equipes da Sabesp e Comgás já iniciaram a reforma das unidades atingidas no bairro

que já passaram pela vistoria técnica.

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps) oficializou as concessionárias Sabesp e Comgás para a apresentação dos primeiros esclarecimentos sobre a explosão ocorrida no Jaguaré. As empresas deverão encaminhar as informações solicitadas até hoje.

"A medida faz parte do processo fiscalizatório instaurado pela Arseps para apurar as causas do incidente. A documentação encaminhada pelas concessionárias será analisada pela Agência e poderá subsidiar a adoção das medidas cabíveis previstas nos respectivos contratos", disse, em nota, o governador do estado.

O estado de SP criou a Gerência de Apoio do Jaguaré, segunda publicação na edição de ontem do Diário Oficial do Estado (DOE), para coordenar e acompanhar as ações emergenciais voltadas ao atendimento das vítimas e à restauração da área.

"O episódio lança luz sobre um processo preocupante de desestruturação técnica e operacional que vem atingindo a Sabesp nos últimos anos, marcado

pela privatização, pela redução acelerada dos quadros próprios e pela perda de profissionais altamente experientes, justamente aqueles responsáveis pela transmissão de conhecimento acumulado ao longo de décadas", diz a nota do sindicato.

O saneamento básico, ressalta a entidade, é uma atividade complexa, estratégica e de alta responsabilidade, cuja operação depende não apenas de equipamentos, mas sobretudo de mão de obra altamente qualificada, experiência prática e treinamento permanente.

"Ao priorizar exclusivamente indicadores financeiros de curto prazo, com sucessivos programas de desligamento incentivado, enxugamento de equipes e substituição de trabalhadores experientes por estruturas terceirizadas e precarizadas, compromete-se esse patrimônio técnico indispensável à segurança das operações e à qualidade dos serviços prestados à população", mencionou o SEESP.

Participante ativo no processo de audiências públicas que antecedeu a venda, o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado

de São Paulo (Sintaema) avaliou, já na ocasião, que a perda de controle público é um dos fatores decisivos, com menor peso do governo e de suas secretarias em decisões estratégicas.

O Sintaema chegou a alertar sobre as demissões realizadas desde a privatização da Sabesp e, consequentemente, sobre o risco de aumento de acidentes pela diminuição de equipes de manutenção e resposta rápida.

JULGAMENTO DO STF

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar em março deste ano a privatização da Sabesp. O primeiro voto, do ministro Cristiano Zanin, foi por manter o processo de desestatização. O caso começou a ser julgado no plenário virtual, mas o julgamento foi suspenso poucos minutos após ter começado por um pedido de destaque do ministro Luiz Fux.

O pedido - feito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para reverter a desestatização - alega, por exemplo, que a empresa foi vendida por preço abaixo do mercado e que houve limitação de participação de acionistas para favorecer apenas uma concorrente.

Participante ativo no processo de audiências públicas que antecedeu a venda, o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado

VIAMOBILIDADE

Funcionário eletrocutado e porta aberta com trem andando: MPSP apura falhas

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) vai apurar um conjunto de possíveis falhas na operação das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda que têm afetado usuários dos trens metropolitanos, em São Paulo.

Um inquérito aberto no final de abril investiga o descarrilamento de um trem da Linha 9-Esmeralda e as circunstâncias da morte de um funcionário quando realizava serviços elétricos na mesma linha, operada pela concessionária ViaMobilidade.

O MP diz que vai aprofundar

a apuração de outras denúncias de irregularidades, como um trem em movimento com portas abertas e o deslizamento de luzes e trancamento de portas com passageiros a bordo. Também foram constatados 35 pontos de fissuras em trilhos - a concessionária diz que já foram reparados.

A Via Mobilidade diz que presta os esclarecimentos solicitados pelo Ministério Público de São Paulo em inquérito já instaurado e responde a todas as ocorrências citadas. A concessionária reitera que a segurança é sua prioridade e mantém o cronograma de melhorias em

tudo o sistema.

Como parte das melhorias, a ViaMobilidade vai realizar manutenções programadas em alguns trechos da Linha 9 Esmeralda em dois fins de semana de maio. Por isso, algumas estações ficam fechadas e terão atendimento exclusivo por ônibus do Paese.

Estão no foco principal da apuração do MPSP as seguintes ocorrências:

Morte de um trabalhador eletrocutado quando realizava serviços na rede aérea da Linha 9-Esmeralda. O acidente aconteceu na madrugada do dia 6 de maio e, segundo a apuração ini-

cial, a energia havia sido desligada para a realização do serviço, mas a equipe foi direcionada para um trecho onde a rede estava energizada.

Imagens de um vídeo registram um trem em movimento com as portas abertas em uma das linhas, possivelmente colocando os passageiros em risco.

Um trem teve as luzes apagadas e as portas travadas na Estação João Dias, enquanto os passageiros ainda estavam no interior da composição.

Descarrilamento na Linha 9-Esmeralda no dia 29 de abril, causando reflexos na circulação dos trens.

NARCO FLUXO

MC Poze do Rodo é solto no Rio após decisão da Justiça

RAYANDERSON GUERRA/AE

O cantor Marlon Brendon Coelho Couto da Silva, o MC Poze do Rodo, foi solto no início da tarde desta quinta-feira, após decisão da Justiça Federal.

MC Poze foi preso no dia 15 do mês passado no Recreio dos Bandeirantes, na zona sudoeste do Rio, pela Polícia Federal na Operação Narco Fluxo para desarticular um grupo suspeito de

movimentar R\$ 1,6 bilhão do crime organizado.

Depois de ficar preso por quase um mês, o cantor deixou o Presídio Joaquim Ferreira, no Complexo de Geracino, em Bangu, na zona oeste do Rio, escoltado por uma equipe da Secretaria de Polícia Penal (Sepen) e ao lado dos advogados.

"Não tenho ligação e nem envolvimento com nada. Não tenho envolvimento com facção", afirmou na saída do presídio.

Ele apareceu de bermuda, camiseta branca e chinelo ao lado de familiares e amigos na saída do presídio. Um grupo de fãs também acompanhou a soltura do MC.

A decisão de soltura de Poze foi assinada pela desembargadora Louise Vilela Leite Filgueiras, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3). A magistrada revogou a prisão preventiva do cantor e impôs medidas cautelares, como a entrega

do passaporte, comparecer mensalmente em juízo e não deixar o Rio de Janeiro por mais de cinco dias sem autorização.

Segundo as investigações da Operação Narco Bet, abertas a partir de elementos reunidos na Operação Narco Vela, foi identificado um esquema de uso de plataformas de apostas de quotas fixas, as chamadas bets, para lavar dinheiro de origem ilícita, incluindo recursos ligados ao tráfico internacional de drogas.

Nota

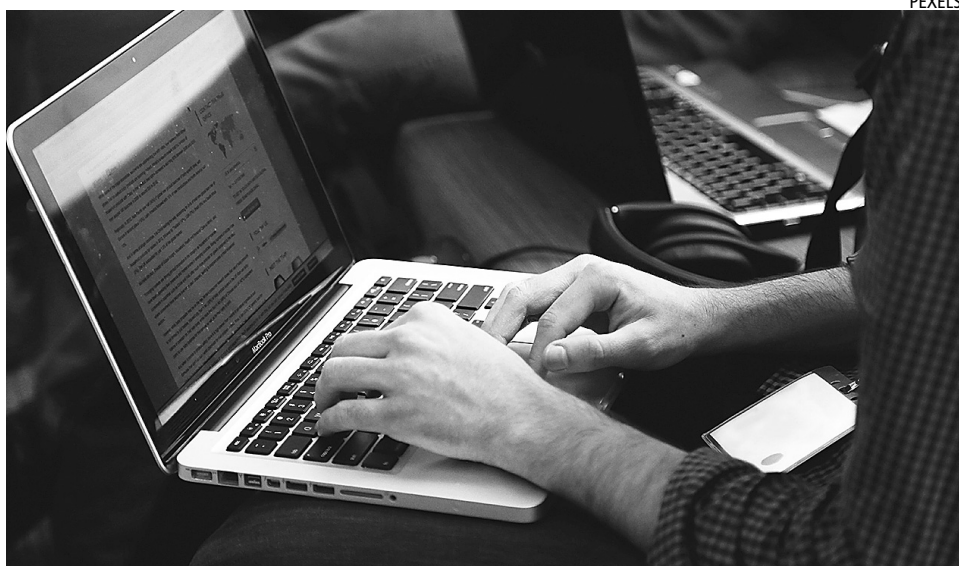
ANVISA CONFIRMA QUE UNILEVER FEZ DUAS DENÚNCIAS CONTRA A QUÍMICA AMPARO, DONA DA YPÊ

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) confirmou que a Unilever fez duas denúncias contra a Química Amparo, fabricante dos produtos Ypê, por meio do canal de sua ouvidoria. Segundo a Anvisa, não houve pedido de anonimato por parte da

denunciante, e foi feita uma avaliação técnica do órgão, que leva em consideração possíveis provas materiais, seguida de demais ações de vigilância. A agência informou, ainda, que além da representação, havia fiscalização previamente estabelecida para abril de 2026 pelo Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo e pelo serviço municipal de vigilância de Amparo (SP), realizada em parceria com a Anvisa na última semana do mês.

ESPECIAL

Tecnologia muda relações de trabalho e pressiona debate sobre produtividade e proteção social



PEXELS

gurança digital e análise estratégica devem ganhar espaço.

Para o presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara, o deputado Márcio Jerry, o avanço tecnológico amplia a produtividade, mas exige respostas institucionais para evitar aumento da desigualdade. Segundo ele, o debate não deve ser tratado como uma disputa "a favor ou contra" a inteligência artificial, mas como uma discussão sobre a forma como a tecnologia será aplicada na sociedade.

Requalificação profissional entra no centro do debate econômico

A necessidade de qualificação aparece como um dos principais pontos de atenção do estudo. O documento aponta que políticas públicas de educação tecnológica e capacitação profissional serão determinantes para reduzir impactos sobre trabalhadores afetados pela automação.

O tema também vem sendo discutido em audiências técnicas promovidas pela Câmara dos Deputados com representantes da academia, da indústria e de organismos internacionais. Em uma dessas reuniões, realizada em 2025, o diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria, Rafael Lucchesi Ramacciotti, afirmou que a transformação digital exige atualização constante da força de trabalho e maior integração entre educação e indústria.

Dados recentes de estudos privados indicam que empresas têm acelerado investimentos em inteligência artificial e digitalização. Relatório da Deloitte aponta que organizações passaram da fase de testes para a implementação de soluções tecnológicas com foco em impacto operacional e aumento de produtividade. Já levantamento da KPMG mostra avanço da adoção de IA em setores industriais e de energia, especialmente em projetos ligados à automação e análise de dados.

No meio acadêmico, pesquisadores têm comparado o impacto da inteligência artificial ao efeito provocado pela eletrificação no século passado. Um estudo publicado na plataforma arXiv define a IA como uma tecnologia de propósito geral, capaz de alterar cadeias produtivas, modelos de negócio e relações sociais de forma ampla.

Especialistas avaliam que os próximos anos devem consolidar uma disputa entre aumento de produtividade e necessidade de proteção ao trabalhador. O resultado dessa transição, segundo o estudo da Câmara, dependerá da velocidade de adaptação das empresas, da formação profissional e da criação de mecanismos capazes de acompanhar as mudanças no mercado de trabalho.

POR REDAÇÃO

O avanço da inteligência artificial e da automação tem alterado a dinâmica do mercado de trabalho e ampliado o debate sobre produtividade, qualificação profissional e proteção social no Brasil e no exterior. Um estudo lançado pela Câmara dos Deputados aponta que os efeitos da tecnologia sobre a economia ainda são incertos e dependem da capacidade de governos e empresas em criar políticas de adaptação para trabalhadores e setores produtivos.

A publicação "Inteligência Artificial, Automação do Trabalho, Empregabilidade e Previdência Social", elaborada pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara, reúne análises de consultores legislativos e especialistas convidados sobre os impactos da IA nas relações de trabalho, na Previdência e no crescimento econômico. Segundo o relatório, as projeções variam de forma significativa: alguns estudos internacionais apontam possibilidade de crescimento de até 300% do Produto Interno Bruto global ao longo da próxima década impulsionado pela IA, enquanto outras estimativas indicam ganhos inferiores a 2% no mesmo período.

Durante o lançamento do estudo, o deputado Helio Lopes, relator da publicação, afirmou que o país precisa aproveitar as oportunidades abertas pela transformação tecnológica. Segundo ele, "haverá ganhos e perdas" e o desafio será reduzir os impactos negativos sobre o emprego e a renda.

O levantamento também destaca que os efeitos da automação não devem ocorrer de forma uniforme entre os setores da economia. Áreas ligadas à análise de dados, tecnologia da informação, finanças e atendimento digital já registram mudanças nos processos de trabalho, enquanto funções repetitivas tendem a sofrer maior pressão de substituição tecnológica. Em paralelo, especialistas avaliam que novas ocupações ligadas à supervisão de sistemas de IA, se-

SRAG

Brasil tem alta de Síndrome Respiratória Aguda Grave em bebês

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

Os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em crianças menores de dois anos estão em alta em todo o Brasil, principalmente por causa do aumento das infecções pelo vírus sincicial respiratório - VSR. O vírus é o principal causador da bronquiolite, inflamação na ramificação dos pulmões que atinge principalmente bebês menores de dois anos. As outras faixas etárias estão estáveis com relação à SSRAG.

Nas quatro últimas semanas, 41,5% dos casos de SRAG com diagnóstico confirmado para algum vírus foram causados por VSR. Em seguida, vem a Influenza A com 27,2% e o rinovírus com 25,5%.

Os dados são do Boletim Infogripe, divulgado nesta quinta-feira (14) pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O boletim também alerta que os casos de Influenza A continuam aumentando nos três estados da Região Sul, e ainda em Roraima e Tocantins, na Região Norte e em São Paulo e Espírito Santo, no Sudeste. Esse tipo de vírus da gripe foi responsável por 51,7% das mortes por SRAG com exame positivo das última quatro semanas, ocorridas principalmente em idosos.

Esses dois cenários colocam todos as unidades federativas do Brasil em situação de alerta, sendo que em dez delas a situação é de alto risco: Acre, Amazonas, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraíba.

Além disso, em 14 Unidades da Federação a tendência é de aumento de casos nas próximas semanas: Acre, Amazonas, Pará, Tocantins, Amapá, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No final do mês passado, a Organização Panamericana de Saúde alertou para o início da temporada de maior circulação de vírus respiratórios no Hemisfério Sul, com destaque para Influenza A H3N2 e VSR.

PREVENÇÃO

A pesquisadora Tatiana Portella, do Boletim InfoGripe e do Programa de Computação Científica da Fiocruz alerta sobre a importância da imunização.

"A principal forma de prevenção contra agravamentos e óbitos por VSR e influenza A é a vacinação. Por isso, é essencial que as pessoas com maior risco de agravamento por esses vírus se vacinem"

A vacina contra a gripe oferecida pelo Sistema Único de Saúde protege contra o tipo A e está sendo aplicada em todo o país, com prioridade para idosos, gestantes, crianças com menos de 6 anos e pessoas com comorbidades ou que fazem partes de grupos vulneráveis, que têm maior propensão a desenvolver quadros graves da doença.

Já a vacina contra o VSR é aplicada em gestantes a partir da 28ª semana, com o objetivo de proteger os bebês após o nascimento.

Além disso, o SUS disponibiliza um anticorpo monoclonal contra o VSR para bebês prematuros, que têm alto risco de complicações. Ao contrário da vacina, que estimula o corpo a produzir anticorpos contra a doença, esse medicamento é constituído de anticorpos prontos.

CASOS

Em 2026 foram notificados 57.585 casos de SRAG no Brasil, e 45,7% tiveram resultado positivo para algum vírus respiratório.

O mais prevalente ao longo do ano foi o rinovírus, presente em 36,1% das amostras identificadas, seguido pela Influenza A com 26,3%, VSR com 25,3% e covid-19 com 7,4%.

Mas a proporção de cada um desses vírus entre os óbitos é diferente. Foram registradas 2.660 mortes por SRAG, sendo 1.151 com resultado laboratorial positivo. As infecções por Influenza A respondem por 39,6% desses registros, seguidas pelas de covid-19 com 26%, rinovírus com 21,3% e VSR com 6,4%.

HANTAVÍRUS

OMS confirma oito casos de cepa que causou surto em navio

PAULA LABOISSIÈRE/A BRASIL

Subiu para oito o número de casos confirmados de hantavírus em meio a um surto da doença em um navio de cruzeiro que navegava pelo Atlântico. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), todos os casos são da cepa Andes, a única cepa de hantavírus transmissível de pessoa para pessoa.

"Até 13 de maio, foram relatados 11 casos no total: oito confirmados, um inconclusivo e dois prováveis, incluindo três óbitos - dois confirmados e um provável", informou a OMS em nota.

Desde a publicação do último boletim informativo, no dia 8, foram relatados dois casos confirmados adicionais e um caso inconclusivo entre os passageiros.

O comunicado confirma o caso de uma pessoa na França, que apresentou sintomas durante a repatriação; outra na Espanha, testada na chegada ao país, após a repatriação, e que segue assintomática; e uma terceira com resultados laboratoriais inconclusivos, repatriada para os Estados

Unidos e também assintomática. Este último paciente está se submetendo a novos testes.

"A amostra do indivíduo foi coletada devido à exposição de alto risco a casos confirmados a bordo. Todos os casos confirmados em laboratório são de infecção por Andes. Todos eram passageiros a bordo do MV Hondius", explicou a entidade.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a hipótese principal a ser considerada, segundo a OMS, é que o primeiro caso tenha adquirido a infecção antes de embarcar no cruzeiro, por meio de exposição em terra. "Investigações estão em andamento para elucidar as possíveis circunstâncias de exposição e a origem do surto, em colaboração com as autoridades da Argentina e do Chile."

De acordo com a entidade, as evidências atuais sugerem transmissão subsequente de pessoa para pessoa a bordo do navio. "Isso também é corroborado por uma análise preliminar das sequências, que mostram similaridade quase idêntica entre diferentes casos", completou a OMS.

ENCHENTE

Chuvas na Paraíba: governo destina R\$ 6 mi para conter danos

O estado da Paraíba receberá do governo federal R\$ 6,18 milhões para reparar danos causados pelas tempestades que atingiram a região no início deste mês. A autorização do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional consta de portaria publicada no Diário Oficial da União.

O valor será repassado em parcela única, por meio de transferência legal prevista no Orçamento Federal para ações de proteção e recuperação de infraestrutura afetada.

O prazo estabelecido para a execução das medidas é de 180 dias. Pela norma, os recursos devem ser aplicados exclusivamente nas ações previstas no processo inserido no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD) e aprovado pelo governo federal.

Ao final dos trabalhos, o en-

te beneficiário terá até 30 dias para apresentar a prestação de contas, conforme determina a legislação.

TEMPESTADES

As fortes chuvas causaram mortes e levaram o governo a decretar estado de calamidade pública para agilizar as ações de socorro e reconstrução. Cerca de 16 mil pessoas foram impactadas pelas chuvas em todo o estado.

Os maiores impactos concentram-se nos municípios de Bayeux, Rio Tinto, Mamanguape, Sapé, Ingá, João Pessoa e Cabedelo. O abastecimento de água chegou a ser interrompido na Grande João Pessoa.

O Corpo de Bombeiros resgatou mais de 300 pessoas. No total, foram mobilizados 746 militares, além de viaturas, embarcações e aeronaves em diversas cidades paraibanas.

EMPRESAS PÚBLICAS

STF para julgamento sobre aposentadoria de empregado público

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o julgamento que vai decidir se empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economias mistas devem ser aposentados compulsoriamente ao completar 75 anos.

O caso começou a ser analisado no mês passado pelo plenário virtual da Corte, mas foi interrompido, no dia 28 de abril, após o tribunal registrar maioria de votos pela aplicação da regra previdenciária. Não há prazo para a retomada do julgamento.

Apesar da maioria formada, foram registradas divergências em outros pontos que foram discutidos durante o julgamento. Diante desse cenário, a Corte decidiu esperar a indicação do décimo primeiro ministro para finalizar o julgamento. A vaga foi aberta com a aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso.

No mês passado, o advogado-geral da União, Jorge Messias, foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a vaga de Barroso, mas não teve o nome aprovado pelo Senado.

A Corte julga a validade da Emenda Constitucional 103 de 2019, a reforma da previdência aprovada durante o governo de Jair Bolsonaro. A norma passou a determinar que empregados públicos que cumpriram o tempo mínimo de contribuição previdenciária devem ser aposentados automaticamente ao completarem 75 anos.

O tribunal também vai decidir se a regra pode ser aplicada nos casos anteriores à emenda e se gera direitos trabalhistas rescisórios.

O caso concreto que motiva

o julgamento trata de uma empregada da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que teve o contrato de trabalho rescindido ao completar 75 anos.

VOTOS

O ministro Gilmar Mendes, relator do caso, votou para reconhecer a validade da emenda constitucional e sugeriu a aplicação do entendimento a processos semelhantes que tramitam em todo o Judiciário.

Mendes também entendeu que o desligamento não gera direito ao pagamento de verbas trabalhistas e tem aplicação imediata.

"Tratando-se de aposentadoria compulsória, e não espontânea, a inativação do empregado independe da manifestação de vontade dele ou do empregador, sendo o atingimento da idade limite juntamente com o tempo mínimo de contribuição condições suficientes para a sua inativação", escreveu o ministro.

O voto do relator foi seguido pelos ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Nunes Marques.

Em seguida, cinco ministros apresentaram divergências.

O ministro Flávio Dino validou a compulsória aos 75 anos, mas entendeu que o desligamento gera direito ao pagamento de verbas rescisórias. O voto foi acompanhado por Dias Toffoli.

Edson Fachin entendeu que a regulamentação da aposentadoria compulsória deve ocorrer por meio de lei regulamentadora própria, entendimento que foi seguido por Luiz Fux e André Mendonça.

Nota

EMPREGADA DOMÉSTICA GRÁVIDA AGREDIDA NO MARANHÃO DIZ QUE PERDEU 50% DA AUDIÇÃO

A empregada doméstica Samara Regina Dutra, de 19 anos, que foi torturada em Paço Lumiar, na Grande São Luiz, no Maranhão, afirmou que perdeu 50% da audição como consequência das agressões sofridas. A empresária Carolina Sthela Ferreira dos Anjos, de 36 anos, empresária que contratou Samara, foi presa preventivamente, ou seja, por tempo indeterminado, na semana passada. Ela é investigada pelos crimes de tortura, lesão corporal, ameaça e constrangimento ilegal. Samara, que está grávida, contou sobre a situação em sua conta no Instagram ontem. Ela disse ter percebido que estava ouvindo muito baixo e que passou a sentir dores. "Como consequência das coisas que aconteceram (agressões), eu estava ouvindo muito baixo, mas não achei que era algo tão sério. Mas comecei a sentir muita dor para dormir ou com barulho muito alto", explicou.

FRAUDE FINANCEIRA

'É um caso de polícia', diz Lula sobre Flávio e Vorcaro

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que os vínculos entre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o banqueiro Daniel Vorcaro, preso por fraudes financeiras, é um caso de polícia. A declaração foi feita em resposta ao questionamento de uma jornalista durante visita do presidente à fábrica de fertilizantes nitrogranados na Bahia, a Fafen, em Camaçari, na região metropolitana de Salvador.

"Eu não vou comentar, é um caso de polícia, não meu. Eu não sou policial, não sou procurador-geral. O caso dele é de polícia", afirmou o presidente.

Lula se referia ao escândalo envolvendo o senador pelo Rio de Janeiro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro e pré-candidato ao Palácio do Planalto, revelado em reportagem do portal The Intercept Brasil.

De acordo com a publicação, Flávio articulou repasses de R\$ 134 milhões do banqueiro supostamente para financiar a realização de um filme sobre a trajetória política do pai, que governou o país entre 2019 e 2022.

O banqueiro Daniel Vorcaro está preso suspeito de liderar uma organização criminosa que praticava fraudes financeiras por meio do Banco Master, que teve sua liquidação decretada no fim do ano passado, por decisão do Banco Central (BC), após a constatação da incapacidade da instituição em honrar com os depó-



RICARDO STUCKERT/PR

sitos e aplicações de clientes.

Ao revelar o envolvimento entre Flávio e Vorcaro, a reportagem do Intercept divulgou um áudio do próprio senador que menciona a importância do filme sobre o pai e a necessidade do envio dos recursos para pagar "parcelas para trás".

A reportagem revela também, com base em outras mensagens de WhatsApp vazadas, bem como em documentos e comprovantes bancários, que parte do valor teria sido pago entre fevereiro e maio de 2025.

PRISÃO

As últimas conversas entre

ambos, mostradas pela reportagem, datam do início de novembro do ano passado, um período crítico para o Banco Master e Vorcaro.

Pouco mais de uma semana depois dessa troca de mensagens, o Banco Central decretou a liquidação do Master e a Polícia Federal (PF) prendeu o banqueiro em um dos desdobramentos da operação sobre fraudes financeiras.

Vorcaro está preso na Superintendência da PF, em Brasília, e negocia um acordo de delação premiada.

O filme estaria sendo realizado por uma produtora no exte-

rior, com atores e equipes estrangeiros, e tem previsão de ser lançado ainda este ano.

Ainda segundo a matéria, o apoio envolve transferências internacionais de uma empresa controlada por Vorcaro a um fundo dos Estados Unidos gerido por Paulo Calixto, advogado do ex-deputado Eduardo Bolsonaro, irmão de Flávio.

Deputados federais da base no governo apresentaram uma denúncia à PF e à Receita Federal para que apurem se houve ilegalidades nas transações e se os recursos podem estar relacionados a algum tipo de propina.

VIDA DE BOLSONARO

Supremo apura emenda para produtora de filme de Bolsonaro

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Há mais de um mês, oficiais de justiça tentam cumprir uma determinação do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), e intimar o deputado federal Mário Frias (PL-SP) a prestar esclarecimentos sobre supostas irregularidades na destinação de emendas parlamentares a empresas da produtora artística responsável pelo filme sobre a vida do ex-presidente Jair Bolsonaro, a obra Dark Horse.

Em 21 de março, o ministro Flávio Dino deu cinco dias para o parlamentar responder à denúncia da também deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP). Tabata acusa Frias de ter destinado ao menos R\$ 2 milhões à organização não governamental

(ONG) Academia Nacional de Cultura (ANC), presidida pela empresária Karina Ferreira da Gama.

Karina também está à frente de outras entidades e empresas, como o Instituto Conhecer Brasil (ICB) e a Go Up Entertainment, responsável por produzir o filme biográfico sobre Bolsonaro, previsto para estrear nos cinemas brasileiros em meados de setembro, semanas antes do primeiro turno das eleições.

Segundo os autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854, a oficial de Justiça Federal encarregada de intimar Frias esteve no gabinete do deputado, em Brasília, em ao menos três ocasiões entre março e abril. Em to-

das as vezes, foi atendida por assessores parlamentares que informaram que Frias estaria em São Paulo, em compromissos de campanha, e que não demonstraram "interesse em informar a agenda do parlamentar".

EMENDAS

A denúncia apresentada por Tabata Amaral foi motivada por uma reportagem de dezembro de 2025, do site The Intercept Brasil. Segundo a publicação, a Academia Nacional de Cultura foi contemplada com R\$ 2,6 milhões oriundos de emendas parlamentares destinadas por deputados federais filiados ao Partido Liberal (PL), sigla do ex-presidente Bolsonaro. Além de Frias, são citados os deputados Bia Kicis e Marcos Pollon.

A partir da reportagem, Tabata sugere a formação de um grupo econômico composto por diferentes empresas e entidades atuando sob um comando único. Ela defende que isso poderia dificultar a rastreabilidade da execução da verba pública e estar indiretamente financiando produções cinematográficas de cunho ideológico.

Também intimados por Dino, Bia e Pollon entregaram ao ministro seus esclarecimentos dentro do prazo estipulado. O deputado admitiu ter destinado R\$ 1 milhão para a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo viabilizar, por intermédio da Go Up Entertainment, "a produção da série documental intitulada Heróis Nacionais - Filhos do Brasil que não se rendem".

ÁUDIO VAZADO

Eduardo e Carlos Bolsonaro atacam Zema para defender Flávio de críticas

MARIA MAGNABOSCO/AE

Após o pré-candidato à presidência Romeu Zema (Novo) publicar um vídeo criticando Flávio Bolsonaro (PL) pelo áudio em que o senador cobra de Daniel Vorcaro recursos para financiar o filme sobre seu pai, Carlos e Eduardo Bolsonaro saíram em defesa do irmão. Os filhos de Jair Bolsonaro (PL) usaram as redes sociais ontem para atacar Zema.

Em seu perfil no X (antigo Twitter), o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) republicou o vídeo de Romeu Zema falando que o vazamento dos áudios de Flávio foi um "tapa na cara do brasileiro de bem". Eduardo escreveu na sua



MARCELLO CASAL JR/ABRASIL

publicação que Zema fez uma "acusação sem fundamentos" e o ironizou ao chamá-lo de "potencial vice".

O ex-vereador Carlos Bolsonaro (PL-RJ) também saiu em defesa do irmão. Em seu perfil

no X ele chama Zema de "engolidor de casca de banana" em referência a um vídeo em que Zema apareceu comendo banana com casca para criticar a alta dos preços dos alimentos.

Em nota nesta quarta, após

os áudios serem vazados pelo site Intercept Brasil, Flávio confirmou que cobrou dinheiro de Daniel Vorcaro, mas afirmou tratar-se de "patrocínio" para o filme sobre Jair Bolsonaro (PL) e defendeu a CPI do Master.

No vídeo, Zema chamou de "imperdoável" o pedido de recursos para Vorcaro, preso por fraudes financeiras na gestão do Banco Master.

"Flávio Bolsonaro, ouvir você cobrando dinheiro do Vorcaro é imperdoável. É um tapa na cara dos brasileiros de bem. Não adianta nada criticar as práticas de Lula e do PT e fazer a mesma coisa. É preciso ter credibilidade para mudar o Brasil", disse Zema nas redes sociais.

POLÍCIA FEDERAL

'Turma' de Vorcaro era ligada ao jogo de bicho e milicianos

AGUIRRE TALENTO, FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA/AE

A "Turma" do banqueiro Daniel Vorcaro, grupo encarregado de ameaçar, intimidar e invadir dados sigilosos de desafetos do dono do Banco Master, era formada por "operadores do jogo do bicho, milicianos e policiais", segundo investigadores da Polícia Federal. Na manhã desta quinta-feira, os suspeitos de integrar o núcleo violento do esquema foram alvo da sexta fase da Operação Compliance Zero. Ao todo, sete mandados de prisão foram expedidos contra os investigados, incluindo Henrique Vorcaro, pai do banqueiro.

Entre os alvos de prisão, três são apontados pela PF como operadores de campo da "Turma", grupo que seria gerenciado por Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, conhecido como Sicário. Ele foi alvo da terceira fase da Operação Compliance Zero, em março de 2026, e se suicidou dentro de uma cela na Superintendência da Polícia Federal em Belo Horizonte (MG), poucas horas após ser preso.

Segundo a PF, Sicário comandava, a mando de Daniel Vorcaro, as ações de Manoel Mendes Rodrigues, Anderson Wander da Silva Lima e Sebastião Monteiro Junior. Os três são alvo de mandados de prisão preventiva nesta quinta-feira. O Estadão tenta con-

tato com as defesas deles.

Em nota, a defesa de Henrique Vorcaro afirmou que a decisão "se baseia em fatos cuja comprovação da licitude e do lastro de racionalidade econômica ainda não estão no processo. E não estão porque não foram solicitados à defesa e nem a ele".

"O ideal seria ouvir as explicações antes de medida tão grave e desnecessária. Cuidaremos imediatamente de demonstrar o que estamos a dizer", diz o advogado Eugenio Pacelli.

O suposto operador do jogo do bicho e integrante da "Turma" seria Manoel Mendes Rodrigues, descrito pela PF como alguém com "papel específico de liderança de um braço local da organização no Estado do Rio de Janeiro". Segundo os investigadores, ele atuava principalmente em "ações intimidatórias em Angra dos Reis". A PF afirma que Manoel funcionava como elo entre o comando central do grupo e a estrutura usada para ameaças e constrangimentos físicos contra alvos do esquema.

Na decisão que autorizou a operação, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça afirma que Manoel não aparece apenas no "contexto fático das intimidações", mas também como "um dos executores identificáveis do braço presencial da organização", com atuação em ações concretas de

ameaça, monitoramento e pressão física contra desafetos de Daniel Vorcaro.

INFLUÊNCIA

O agente da Polícia Federal Anderson Wander da Silva Lima é descrito pela corporação como "longa manus" de Marilson Rose no dentro da PF. Marilson foi preso em 4 de março de 2026 durante a terceira fase da Operação Compliance Zero.

Por ordem de Mendonça, Marilson será transferido para o Sistema Penitenciário Federal. Segundo a decisão, ele exerceria "papel de liderança no núcleo 'A Turma', em posição hierárquica elevada", o que justificaria a custódia em unidade de segurança máxima para evitar influência sobre a organização e interferência nas investigações.

Para os investigadores, Anderson realizava ou articulava consultas indevidas em sistemas internos da PF e repassava informações sigilosas a Marilson Roseno. Esses dados, segundo a investigação, seriam usados em benefício de Daniel Vorcaro, Sicário e outros integrantes do grupo. A PF afirma ainda que Anderson teria recebido pagamentos pela atuação e, por permanecer na ativa, mantinha acesso privilegiado a bancos de dados restritos da corporação.

"Nessa condição, detinha acesso privilegiado, atual e fun-

cional aos bancos de dados oficiais, sendo precisamente por isso constantemente acionado por Marilson e, em tese, financeiramente retribuído", afirma a PF.

POLICIAL APOSENTADO

Sebastião Monteiro Júnior, policial federal aposentado, é apontado como integrante operacional da "Turma", em contato direto com Marilson Roseno, Sicário, Henrique Vorcaro e Manoel Mendes. Segundo a representação policial, Sebastião teria sido cooptado para integrar o grupo e adotava práticas voltadas a dificultar o rastreamento das comunicações, como uso de telefone internacional, mensagens temporárias, preferência por ligações em vez de mensagens escritas e encontros reservados com integrantes do núcleo investigado.

'OS MENINOS'

Além da "Turma", a PF identificou um segundo núcleo de atuação violenta ligado a Daniel Vorcaro. Batizado de "Os Meninos", o grupo seria especializado em "ataques cibernéticos, invasões telemáticas, derrubada de perfis e monitoramento telefônico e telemático ilegal".

Foram alvo de mandados de prisão David Henrique Alves, Victor Lima Sedlmaier e Rodrigo Pimenta Franco Avelar Campos, apontados pela PF como integrantes do grupo.

PT, PCDoB e PV

Partidos encaminham representação criminal contra Flávio à PGR

VICTOR OHANA/AE

Líderes do PT, PCDoB e PV no Congresso Nacional encaminharam à Procuradoria-Geral da República (PGR) e à Polícia Federal (PF), ontem, uma representação criminal contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) por "possíveis crimes de lavagem de dinheiro, organização criminosa, peculato, desvio de recursos públicos, falsidade ideológica, corrupção, evasão de divisas, coação no curso do processo e crimes contra a soberania nacional".

A representação também inclui o ex-deputado Eduardo Bolsonaro, o ex-presidente Jair Bolsonaro e o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, entre outros aliados bolsionistas. A peça foi protocolada um dia após o site The Intercept Brasil ter publicado uma reportagem que mostrou que Flávio negociou o repasse de R\$ 134 milhões com Vorcaro para financiar o filme "Dark Horse", sobre a vida de Bolsonaro.

"A presente representação busca apurar se recursos privados oriundos do ecossistema do Banco Master, recursos públicos derivados de emendas parlamentares, estruturas societárias ligadas à produção do filme Dark Horse e operações em dólar realizadas no exterior foram articulados em

uma engrenagem comum de financiamento político, comunicação internacional, blindagem judicial e sustentação do golpe continuado contra as instituições brasileiras", diz o documento.

O texto prossegue: "A hipótese investigativa envolve possível lavagem de dinheiro transnacional, uso de entidades interpostas, fragmentação de repasses públicos, ocultação de beneficiários finais, simulação de finalidade cultural e eventual caixa 2 político-eleitoral, inclusive mediante promoção antecipada da família Bolsonaro e de seu grupo político".

De acordo com a representação, "a hipótese central é que estruturas empresariais e associativas ligadas à produção do filme Dark Horse, cinebiografia de Jair Bolsonaro, podem ter sido instrumentalizadas para captar, circular, ocultar ou dar aparência lícita a recursos destinados à atuação política da família Bolsonaro, inclusive no exterior".

Os signatários pedem a investigação do fluxo privado ligado a Vorcaro e do fluxo de emendas parlamentares destinadas a entidades vinculadas à produtora. Assinam a peça a senadora Tereza Leitão (PT-PE) e os deputados Pedro Uczai (PT-SC), Jandira Feghali (PCDoB-RJ) e Aliel Machado (PV-PR), entre outros congressistas.

CRIME EM CARTAZ

Líder do PT na Câmara aciona Coaf por repasses a filme sobre Bolsonaro

VICTOR OHANA/AE

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Pedro Uczai (SC), encaminhou uma representação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) em que solicita a instauração de um procedimento para rastrear repasses do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, ao filme "Dark Horse", que conta a história do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O ofício foi apresentado ontem, um dia após o site The Intercept Brasil ter publicado uma reportagem que mostrou que o senador Flávio Bolsonaro (PL-

RJ) negociou R\$ 134 milhões com Vorcaro para financiar o filme. Desse montante, R\$ 61 milhões foram repassados. No entanto, a empresa Go Up Entertainment, produtora do filme, negou ter recebido recursos do banqueiro.

De acordo com a reportagem, pelo menos parte do dinheiro foi transferida pela Entre Investimentos e Participações, que atuava em parceria com empresas de Vorcaro, para o fundo Havengate Development Fund LP, sediado no Texas, nos Estados Unidos, e controlado por aliados de Eduardo Bolsonaro.

"A conclusão não pode ser

outra, senão a de que estes repasses, envolvendo vultosos recursos públicos, objetivaram beneficiar interesses privados do próprio Senador ou de sua família, mais precisamente, serviu e vem servindo para a manutenção do ex-deputado Eduardo Bolsonaro e sua família, nos Estados Unidos da América, com o objetivo de atuar contra os interesses do Brasil e da sociedade brasileira", diz o documento.

O texto prossegue: "Assim, é preciso que esse órgão instaure procedimento investigativo específico, a fim de rastrear a destinação desses valores milioná-

rios (que não chegaram à produtora do filme), não declarados aos órgãos de controle e que podem estar financiando atividades criminosas no exterior".

Uczai também diz que a "teia de irregularidades se aprofunda" com a destinação de emendas parlamentares individuais para um instituto presidido por uma das sócias da produtora do filme. Conforme mostrou o Estadão, o deputado Mario Frias (PL-SP), roteirista de "Dark Horse", enviou R\$ 2 milhões em emendas para uma organização não governamental (ONG) presidida por Karina Ferreira Cama, produtora do filme.

AP EXATA

Áudio com Vorcaro derruba confiança em Flávio nas redes

BIANCA GOMES/AE

Pesquisas de intenção de voto ainda vão medir o tamanho do estrago que as mensagens de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) a Daniel Vorcaro causaram sobre a pré-campanha do senador à Presidência da República. Mas, no termômetro das redes, o diagnóstico é negativo para ele: Flávio sofreu uma perda de credibilidade em larga escala, aponta relatório da AP Exata Inteligência obtido com exclusividade pelo Estadão.

Mensagens reveladas na quarta-feira passada, mostram Flávio Bolsonaro pedindo dinheiro ao dono do Banco Master para financiar a produção de um filme sobre a vida do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O próprio senador confirmou o pedido e disse, em nota, que "foi um filho, procurando patrocínio PRIVADO para um filme PRIVADO sobre a história do próprio pai".

Ontem 64,7% das menções a Flávio nas redes tinham teor negativo, segundo levantamento da AP Exata. Isso equivale a quase sete em cada dez publicações. Os dados foram extraídos pela consultoria até as 13h.

"Trata-se do pior índice entre os candidatos monitorados e também do pior patamar registrado por Flávio desde que se lançou como candidato", afirma Sérgio Denicoli, CEO da AP Exata e cientista de dados. Em comparação com o período anterior às revelações do site Intercept Brasil, o volume de menções negativas ao filho mais velho do ex-presidente Jair Bolsonaro cresceu sete pontos percentuais.

A AP Exata também monitora as emoções predominantes nas publicações sobre os presidenciáveis. Entre elas, a confiança é considerada uma das mais relevantes por indicar o grau de credibilidade atribuído a cada político.

O índice de confiança de Flávio caiu para 13,6% ontem,

uma retração de 2,7 pontos percentuais em relação a terça-feira. Além de representar o pior desempenho do senador desde o anúncio da sua pré-candidatura, em dezembro do ano passado, o resultado também ficou abaixo dos piores índices já registrados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pelos ex-governadores de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), e de Minas, Romeu Zema (Novo), além do fundador da Missão, Renan Santos.

Lula teve o seu pior índice de confiança no dia 8 de janeiro deste ano: 13,86%. Na ocasião, o presidente participou de um ato esvaziado que marcou os três anos da tentativa de golpe de Estado e anunciou o veto ao PL da Dosimetria, posteriormente derrubado pelo Congresso.

Zema cresce nas redes; Lula fica estável.

No volume total de menções, Flávio é o pré-candidato ao Planalto mais citado nas redes ontem respondendo por um quarto das publicações. Depois, aparecem Zema (23,4%), Lula (21,5%), Renan Santos (11,9%) e Caiado (7,9%).

"O dado sobre Zema chama atenção. Antes do escândalo, ele respondia por cerca de 10% das menções. Depois de se posicionar com críticas a Flávio, saltou cerca de 13 pontos percentuais. Caiado também cresceu, com avanço aproximado de 5 pontos. Isso indica que Zema tem sido beneficiado pela crise e passou a ser apresentado, por parte dos decepcionados com Flávio, como alternativa de voto no campo da direita e da centro-direita", analisa Denicoli.

O crescimento de Zema, porém, não vem isento de custos políticos. O mineiro não poupou críticas a Flávio e gravou um vídeo na própria quarta-feira chamando de "imperdoável" e "tapa na cara dos brasileiros" o pedido de Flávio para Vorcaro.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Lula defende restrição ao uso de IA no período das eleições

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) defendeu ontem medidas para restringir o uso de inteligência artificial durante o período das eleições. Durante o lançamento de unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida em Camaçari (BA), ele avaliou que a manipulação de imagens e vozes, por exemplo, pode favorecer "mentirosos".

"Eu estava na posse do presidente do Tribunal Superior Eleitoral [ministro Nunes Marques] e ele disse assim: 'Vou proibir inteligência artificial dois dias antes das eleições'. E eu achei maravilhoso", contou Lula.

"O que é inteligência artificial? É a maior evolução desse mundo digital. Posso colocar a cara do Wagner, posso colocar a voz do Wagner, mas não é o Wagner", disse. "Posso colocar a sua cara, mas não é você. Posso colocar a sua voz, mas não é você. Posso colocar voz fazendo uma coisa boa ou fazendo uma



RICARDO STUCKERT/PR

coisa ruim", completou.

No evento, o presidente avaliou que a inteligência artificial ajuda muito em áreas como saúde, educação, ciência e tecnologia.

"Tem uma importância muito grande. Mas, na eleição, será que é necessário inteligência artificial? Na eleição, as pessoas têm que votar numa coisa verdadeira, de carne e osso. As pessoas não podem votar em uma mentira".

"Você escolheria um padrinho para o seu filho pela inteli-

gência artificial? Ou você quer conhecer uma pessoa que você gosta, que sabe que é decente, que é honesta para dar o seu filho para ser batizado?", questionou.

"Fiquei pensando o que a gente pode fazer para proibir, em época de eleição, sobre eleição, falar de inteligência artificial na política. Isso vai servir aos mentirosos. Como é mentira, posso falar todo bonito. E a política é o templo da verdade. O cara que mente na política, deveria cair a língua dele."

REINO UNIDO

Deputado trabalhista renuncia para permitir eleição de Burnham

THAIS PORSCH/AE

Andy Burnham agora tem um caminho de volta ao Parlamento britânico depois que membro parlamentar por Makerfield, Josh Simons, anunciou sua renúncia, desencadeando uma eleição suplementar e colocando Burnham na disputa para se tornar o próximo líder trabalhista.

Burnham tem buscado retornar ao parlamento há meses, mas foi bloqueado pelo primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, de con-

correr na eleição suplementar de Gorton e Denton no início deste ano.

A decisão de Simons abre caminho para que Burnham seja selecionado pelo comitê executivo nacional do Partido Trabalhista, que o impediu da última vez.

"Hoje, estou colocando as pessoas que represento e o país que amo em primeiro lugar e renunciarei como deputado por Makerfield", disse Simons em comunicado. "Estou me afastando para que Andy Burnham possa retornar à sua casa".

GUERRA

Rússia ataca Ucrânia com drones pelo terceiro dia consecutivo

THAIS PORSCH/AE

Pelo terceiro dia consecutivo, a Rússia desencadeou uma onda de ataques massivos com drones e mísseis contra a Ucrânia, segundo autoridades. Outras ofensivas no restante do país causaram ferimentos a mais de duas dezenas de civis.

Um bloco de apartamentos de nove andares desmoronou no bairro de Darnytsia, em Kiev, onde nove pessoas morreram e dezenas ficaram feridas. As autoridades disseram que as 18 residências do local foram destruídas.

Em paralelo, a Hungria convocou o embaixador russo

do país para justificar os recentes ataques à Ucrânia, marcando uma ruptura acentuada com o tom pró-Kremlin dos 16 anos de governo de Viktor Orbán, informou a Bloomberg.

A ministra das Relações Exteriores húngara, Anita Orban, que não tem relação com Orbán, se encontrou com o embaixador russo Evgeny Stanislavov ontem em Budapeste, após o atual primeiro-ministro da Hungria, Peter Magyar, condenar o que descreveu como a "mais intensa" onda de ataques de drones contra o oeste da Ucrânia - uma região que abriga uma minoria étnica húngara.

ÍNDIA

Tempestades deixam ao menos 96 mortos e mais de 50 feridos

Tempestades de poeira, chuvas intensas e raios deixaram ao menos 96 mortos no norte da Índia, segundo informações de autoridades locais divulgadas ontem. Os fenômenos também deixaram mais de 50 feridos após atingirem diversos distritos do estado de Uttar Pradesh, o mais populoso do país, na noite da última quarta-feira.

De acordo com as autoridades, parte das mortes foi causada pela queda de árvores, desabamento de estruturas e descargas elétricas.

Equipes de emergência e policiais foram mobilizadas para atuar na remoção de árvores caídas, que chegaram a bloquear estradas e linhas férreas em diferentes regiões. Para isso, foram utilizados equipamentos como motosserras e guindastes.

As tempestades são comuns no norte da Índia durante o período mais quente,

que vai de março a junho, momento que antecede as monções anuais.

Narendra N. Srivastava, representante da administração local, informou que equipes de resgate foram enviadas a todas as áreas afetadas e destacou que casas, plantações e a infraestrutura elétrica sofreram danos significativos, principalmente em zonas rurais.

O ministro-chefe de Uttar Pradesh, Yogi Adityanath, terminou que as operações de socorro sejam concluídas em até 24 horas e orientou as autoridades a garantirem indenização e ajuda emergencial às famílias afetadas.

O serviço meteorológico da Índia advertiu, nos últimos anos, para um aumento dos fenômenos meteorológicos extremos, incluindo tempestades elétricas e raios, que especialistas relacionam ao aumento das temperaturas e às mudanças nos padrões climáticos.

CRIME SEXUAL

Mulher foi estuprada por Epstein durante 3 anos

GEOVANNA HORA/AE

Uma mulher afirmou ter sido abusada sexualmente pelo financista Jeffrey Epstein enquanto ele cumpria prisão domiciliar após ter sido condenado por crimes sexuais.

A declaração foi feita na terça-feira, durante uma audiência em West Palm Beach, na Flórida, organizada por democratas da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos. A sessão não tem efeito legal e foi organizada para manter o caso Epstein em evidência.

Segundo a emissora BBC, a mulher, identificada apenas como Roza, disse que conheceu o francês Jean-Luc Brunel aos 18 anos, quando ainda morava no Uzbequistão, em 2008. Brunel foi agente de modelos e fundador da agência MC2, que tinha sede em Miami e contava com apoio financeiro de Epstein.

"Me prometeram uma carreira de modelo além dos meus sonhos", afirmou Roza. "Por vir de uma situação financeira instável, eu era um alvo perfeito para a coerção", acrescentou.

Em maio de 2009, ela chegou a Nova York com um visto de talento, destinado a pessoas com habilidades extraordinárias nas ciências, artes, educação, negócios ou esportes. "Eu não tinha a documentação necessária para obter esse visto, tenho 100% de certeza disso", disse a mulher em um trecho do depoimento

divulgado pelo jornal The Times.

Dois meses depois, ela conheceu Epstein na casa dele, em West Palm Beach. Na época, o financista já cumpria prisão domiciliar após ter se declarado culpado por solicitação de prostituição de menor e por ter sido incluído no registro de agressores sexuais. Pelo acordo, ele podia sair de casa por até 16 horas por dia, seis dias por semana, para trabalhar na Fundação de Ciência da Flórida.

Roza afirmou que Epstein lhe ofereceu um emprego na fundação para ajudá-la com "dificuldades financeiras". "Um dia, a massagista dele me chamou para o quarto, onde Jeffrey me molestou pela primeira vez", disse. "Nos três anos seguintes, fui vítima de estupro contínuos."

Para a mulher, os abusos cometidos por Epstein durante o cumprimento da pena "faziam a Justiça parecer impossível". "Jeffrey estava em prisão domiciliar por abusar de meninas menores exatamente na mesma época que abusava de mim", afirmou. Ela acrescentou que "acabou encontrando coragem para pedir ajuda".

Roza disse também que reviveu o trauma nos últimos meses após seu nome ter sido divulgado por engano nos arquivos do caso Epstein publicados pelo Departamento de Justiça (DoJ), "enquanto os ricos e poderosos permaneceram protegidos por tarjas".

"Agora, repórteres do mundo inteiro entram em contato comigo. Não consigo viver sem olhar por cima do ombro. Só consigo imaginar o impacto de longo prazo que esse 'erro' terá na minha vida", disse.

O DoJ afirmou, na época da divulgação dos documentos, que "leva a proteção das vítimas muito a sério" e que retirou alguns arquivos do site após vítimas relatarem que suas identidades haviam sido expostas por falhas nas tarjas aplicadas ao material A pasta informou que os erros ocorreram por "falha técnica ou humana".

O congressista democrata Robert Garcia divulgou um relatório, incluindo documentos e registros bancários, que apontou que o acordo firmado por Epstein - negociado pelo então procurador dos EUA para o distrito sul da Flórida, Alexander Costa - em 2008 o ajudou a "enriquecer e expandir a rede de abuso sexual".

"O acordo de não perseguição penal negociado por Alex Acosta, com sua confissão de culpa restrita e sentença branda, permitiu que Epstein continuasse suas atividades de abuso e tráfico por quase mais uma década, mudando seu foco para mulheres europeias e da Ásia Central", diz um trecho do relatório divulgado pelo The Times.

Epstein foi preso em julho de 2019, em Nova York, sob novas acusações de tráfico sexual de menores. No mês seguinte, o fi-

nancista foi encontrado morto em sua cela, e os investigadores concluíram que ele tirou a própria vida.

Outras vítimas do financista e familiares também foram ouvidos na audiência de terça-feira. Entre eles, estava a irmã de Virginia Giuffre, Sky Roberts, segundo o jornal The Guardian.

Virginia foi uma das primeiras mulheres a denunciar Epstein. Ela afirmava ter sido recrutada aos 16 anos pela então namorada do financista, Ghislaine Maxwell, em 2000, quando trabalhava no clube Mar-a-Lago, que pertence ao presidente americano, Donald Trump. Ghislaine foi condenada em 2022 a 20 anos de prisão por tráfico sexual de menores e cumpre pena em uma prisão federal no Texas.

"Antes de morrer, Virginia prestou depoimento sob juramento expondo isso pelo que realmente era: uma operação global de tráfico sexual, facilitada, protegida e financiada por pessoas poderosas", afirmou Sky. Virginia morreu em abril do ano passado, em um caso que foi classificado como suicídio.

"Nenhuma sobrevivente deveria ter que arriscar a própria segurança apenas para ser acreditada. Mas Virginia fez isso mesmo assim. Ela se levantou quando outros estavam com medo, disse a verdade sob juramento e enfrentou pessoas que ela sabia serem poderosas", acrescentou Sky.

ELEIÇÕES

Peru vai anunciar no domingo candidatos que irão para 2º turno

O Tribunal Eleitoral do Peru anunciou ontem que no próximo domingo, proclamará os dois candidatos que disputarão a presidência no segundo turno de 7 de junho, após o Ministério Público peruano pedir na terça-feira mais de cinco anos de prisão para o candidato nacionalista Roberto Sánchez.

Sánchez é acusado de declarar informações falsas às autoridades eleitorais sobre supostas contribuições monetárias de seus partidários entre 2018 e 2020.

A três dias do prazo estabelecido pelas autoridades para anunciar quem serão os dois candidatos, o procurador-geral Tomás Gálvez disse em coletiva de imprensa que Sánchez está beneficiado pela presunção de inocência, mas que essa condição mudará se ele for condenado em um julgamento.

"Ele leva sua vida normal, continua como candidato, continua sua atividade política sem nenhum problema, agora se o julgamento terminar e ele for condenado, aí sim já é outra coisa", afirmou Gálvez.

Segundo os argumentos do Ministério Público, Sánchez e seu irmão mais novo, William, teriam recebido mais de US\$ 59 mil em contribuições dos inte-

grantes da agremiação para atividades partidárias, mas que não foram declaradas em relatórios financeiros às autoridades eleitorais.

Sánchez e o candidato ultraconservador Rafael López Aliaga disputam voto a voto sua passagem para o segundo turno de 7 de junho para disputar a presidência com a conservadora Keiko Fujimori, segundo contagem oficial.

FRANÇA

Promotores tentam prender Sarkozy de novo por caso de financiamento líbio

Promotores franceses pediram na quarta-feira que juízes votem por mandar o ex-presidente Nicolas Sarkozy para a prisão, desta vez por sete anos, e que o multem em 300 mil euros (US\$ 330 mil), por acusações de que o falecido líder líbio Muammar Gaddafi teria financiado secretamente sua bem-sucedida campanha presidencial de 2007.

Sarkozy, de 71 anos, foi condenado em setembro de 2025 a cinco anos por conspiração criminosa, tornando-se o primeiro

ex-presidente francês na história moderna a ser preso.

Ele cumpriu 20 dias na prisão de La Santé, em Paris, antes de ser libertado em novembro sob vigilância judicial. Ele recorreu e os promotores também apelaram, buscando reverter acusações das quais ele havia sido absolvido no julgamento e impor uma pena mais longa. O julgamento do recurso vai até o início de junho, com veredito esperado para 30 de novembro.

O ex-presidente enfrentou

vários casos de corrupção nos últimos anos, mas o caso da Líbia tem, de longe, o maior peso político e simbólico, ao alegar que uma ditadura estrangeira ajudou a levar um presidente francês ao poder.

A acusação pediu aos três juízes que analisem o recurso que considerem Sarkozy culpado de corrupção, financiamento ilegal de campanha e ocultação de desvio de recursos públicos líbios - três acusações das quais ele foi absolvido no primeiro julgamento. Um pedido separado

prevê que ele seja proibido de exercer cargo público por cinco anos.

O advogado de Sarkozy, Christophe Ingrassia, disse a repórteres após a audiência que o pedido do Ministério Público é "estritamente idêntico" ao que promotores financeiros haviam solicitado sem sucesso no primeiro julgamento. "Não há dinheiro líbio na campanha dele, no patrimônio dele", afirmou. "Nicolas Sarkozy é inocente, e nós vamos demonstrar isso em quinze dias."

Nota

IRÃ AFIRMA QUE PERMITIU A TRAVESSIA DE 30 NAVIOS PELO ESTREITO DE ORMUZ

Cerca de 30 navios comerciais foram autorizados a transitar pelo Estreito de Ormuz desde a noite de quarta-feira, sob arranjos específicos iranianos, disse ontem, um oficial da Marinha da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC, em inglês) à televisão estatal iraniana. Teerã também começou a permitir que alguns navios chineses transitem por Ormuz após um entendimento sobre os protocolos de gestão para a via navegável, informou a agência de notícias Fars ontem, citando uma fonte informada. A notícia surge enquanto o presidente dos EUA, Donald Trump, que está em

uma visita de estado à China, concordou com o líder Xi Jinping que o Estreito de Ormuz deve ser reaberto e que o país persa não pode ter uma arma nuclear. Em paralelo, o secretário adjunto do Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã afirmou - na reunião de secretários de estados membros da Organização de Cooperação de Xangai - que o objetivo da guerra dos EUA e de Israel contra o Irã é atingir a convergência asiática, chamando o conflito de "início de um ataque ao Sul Global". "Esta é uma guerra expansionista e inerentemente imperialista destinada a estabelecer uma esfera de influência e domínio absoluto sobre os recursos energéticos do Golfo Pérsico para impedir o crescimento da Ásia e o surgimento de potências médias", acrescentou.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278

(11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br